



RELATÓRIO SOBRE O TRABALHO AUTÁRQUICO

A avaliação do trabalho autárquico, decorrido um ano após as eleições locais, constitui uma das decisões da resolução aprovada na Mesa Nacional de 22 de Outubro, na sequência das últimas eleições autárquicas.

É importante que o façamos. A intervenção autárquica é, à escala que agora existe, uma nova realidade para a maior parte das organizações do Bloco. Torna-se imprescindível que possamos, passo a passo, encontrar em conjunto o melhor caminho, tratando-se não só da especificidade da intervenção política autárquica, mas também das questões que são colocadas em termos da sua direcção política concreta e dos seus objectivos gerais.

De facto, o Bloco foi-se construindo, em grande medida, de cima para baixo, a partir de campanhas políticas lançadas e apoiadas centralmente, tendo como referência e impulso o grupo parlamentar com forte visibilidade nacional, com uma organização muito concentrada sobretudo nas áreas metropolitanas. A cobertura do país, em termos da sua direcção política territorial, baseou-se, essencialmente, nas coordenadoras distritais e regionais. A intervenção local, com agendas próprias, era pontual.

A nova realidade que está colocada ao activismo local tem agora outro registo bem diverso: a eleição de mais de **350 autarcas nas listas do Bloco** conferiu-nos novas responsabilidades no âmbito da política local. São **122 mandatos municipais e 232 mandatos de freguesia** que exigem a **presença do Bloco em 79 concelhos** de quase todos os distritos e regiões autónomas e que, no seu conjunto, valem perto de **70 por cento do universo de votantes nas Autárquicas de 2005**.

Destes 350 eleitos, a maioria não tinha qualquer experiência autárquica anterior e calculamos que mais de uma centena não seria sequer aderente do Bloco. Ou seja, estava quase tudo por fazer: **definição de linha política autárquica, reflexão e resposta articulada sobre inúmeros problemas concretos, rede de apoio aos autarcas, mecanismos e instrumentos de circulação de informação e experiências**.

O capital político que o **manifesto nacional autárquico e os programas municipais e de freguesia** trouxeram à estruturação da nossa intervenção, com coerência e perspectiva, foi muito importante. Mas o que se tornou essencial foi a intensidade da responsabilidade política com que os nossos eleitos foram confrontados, as dúvidas que foram sendo suscitadas, as soluções encontradas e a aprendizagem que foi sendo feita com o contributo de todos.



JORNADAS AUTÁRQUICAS'07



TRABALHO AUTÁRQUICO

A constituição da **Comissão Nacional Autárquica** permitiu caminhar mais rapidamente ao longo deste primeiro ano de mandatos autárquicos. Foi importante, por determinação da Convenção Nacional, que a intervenção local pudesse contar com uma comissão eleita e representativa, com legitimidade e mandato conferidos pela Mesa Nacional. Apesar do seu funcionamento ter sido objectivamente insuficiente face às necessidades – todos os membros da Comissão têm responsabilidades autárquicas nas respectivas regiões que naturalmente se sobrepõem à absoluta necessidade de reflexão e produção de política autárquica à escala nacional – o plano de trabalho decidido foi no essencial cumprido.

Era fundamental começar por nos conhecermos, ganhar hábitos de reflexão e de debate em conjunto, definir política local alternativa e estabelecer conexões para a formação progressiva de uma rede nacional de activismo local, virada para o apoio ao surgimento de novos espaços de comunicação com a opinião pública nas freguesias e nos municípios.

Foi neste sentido que se realizaram, no início de Maio/2006, as **Jornadas Autárquicas**, apenas 6 meses após as eleições, com uma participação nacional que excedeu as expectativas iniciais e que abrangeu cerca de 250 activistas locais na área do Bloco. Para além dos work-shops para troca de experiências, abordámos numa perspectiva de intervenção local os problemas dos **recursos naturais**, dos **serviços sociais**, do **ordenamento do território** e das **finanças autárquicas**. Foi distribuído, igualmente, o Manual do Autarca, como primeiro elemento de apoio específico à acção política e institucional dos nossos eleitos.

A Comissão Autárquica, na sequência das Jornadas, propôs a realização de **encontros autárquicos regionais**, de forma a descentralizar e incentivar o debate e a formação dos activistas locais. O primeiro a ter lugar foi o **Encontro das Interioridades**, ainda antes do verão, que procurou analisar e responder à política economicista do governo PS de abandono do interior e de encerramento de serviços públicos. Reuniu em Abril, na Guarda, e mobilizou autarcas de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Guarda, Viseu, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja.

Após a Marcha pelo Emprego, realizaram-se os **encontros distritais do Algarve, Aveiro, Setúbal, Braga, Lisboa e Santarém** e esperamos que, em breve, sejam marcadas as datas para os encontros do Porto e da região centro.

Ainda como objectivo para 2006, foi colocado a funcionar o **gabinete de apoio autárquico do Bloco**, assente essencialmente nas competências do gabinete municipal de Lisboa, bem como a edição do **primeiro número do boletim autárquico do Bloco, o “Rede Local”**, enviado para os nossos autarcas e direccionado para o apoio à batalha dos orçamentos municipais e de freguesia que decorreu durante



o mês de Dezembro.

Para além destas realizações, foram inúmeras as reuniões das **comissões locais de apoio autárquico** que prepararam **assembleias municipais e de freguesia, sessões de câmara**, tomadas de posição públicas sobre as mais diversas questões da política local.

Fomos aprendendo a elaborar posição própria sobre o IMI ou a derrama. A interpretar orçamentos e grandes opções do plano, a utilizar os períodos antes da ordem do dia para o debate político e marcar a agenda política local, a ter a iniciativa de incluir propostas próprias nas ordens de trabalhos, a exigir informação e transparência contra a pastosidade tradicionalmente instituída num poder local conservador, mesmo quando as maiorias são de partidos da esquerda. Falamos, por exemplo, de Lisboa, mas igualmente da Amadora ou da Moita. De facto, o esforço tem de ser no sentido de formar uma nova cultura de esquerda moderna nas autarquias, que se demarque claramente da nebulosa do pragmatismo negociasta onde se incluem a direita e o PS, mas de onde o PCP também não se exclui.

Os projectos de lei apresentados recentemente pelo Bloco sobre **finanças locais e política de solos** constituem elementos estruturantes da nossa política local. Trouxeram para o debate político uma visão inovadora sobre o modelo de desenvolvimento do território.

No projecto das **finanças autárquicas**, o Bloco favorece o desenvolvimento sustentável, retira o peso dos impostos do betão no financiamento dos orçamentos municipais, propõe mecanismos de maior equidade territorial e social e altera os critério do endividamento no sentido do rigor e do incentivo ao papel social dos governos locais. A lei das finanças locais aprovada pelo PS não serve os interesses das populações, tem na base as concepções típicas da ortodoxia sobre o défice orçamental e apoia-se demagoricamente na ideia das autarquias hiperdespesistas e esbanjadoras do dinheiro dos contribuintes como argumento para mais um ataque ao Estado social (coloca mais problemas na promoção da coesão territorial e social) e, objectivamente, resulta numa pressão acrescida para que os municípios encontrem financiamento através do incremento da promoção imobiliária. O Bloco marcou a diferença, a direita foi incapaz de apresentar alternativas e o projecto do PCP foi irrelevante.

De igual modo, o projecto do Bloco que define a **cativação pública das mais-valias urbanísticas** (lei dos solos), colocou o dedo na ferida do combate ao abuso de poder e à corrupção e pôs em causa a prática de apropriação pelos privados dos ganhos fabulosos originados automaticamente pela simples mudança de classificação do solo. Esta espécie de direito não regulada sobre a propriedade do solo, molda toda a legislação sobre instrumentos de ordenamento e distorce o papel da decisão política no campo da aprovação destes instrumentos. Deixa o poder político local refém das pressões provenientes



dos promotores imobiliários, hipervaloriza lotes de terreno através de meros actos administrativos ou como consequência do investimento público, alimenta fortunas e a especulação, degrada o território e está na base dos mais graves crimes ambientais. O projecto de lei do Bloco tem por objectivo alterar este paradigma completamente obsoleto e contrários às melhores experiências internacionais nesta área.

O Bloco deve desenvolver uma prática política autárquica que proponha e lute para que o investimento público seja orientado para as prioridades estruturantes e que não se alheie das responsabilidades sociais, que defenda governos locais com mais participação da cidadania, que internalize nos projectos privados os respectivos custos mais directos de infra-estruturas e equipamentos locais, que implemente um quadro transparente de condições contratuais e institucionais que acabe com os negócios obscuros que se arrastam atrás dos projectos urbanos, que defenda a aplicação dos instrumentos de planeamento municipal e não os subverta com loteamentos talhados à medida dos empreiteiros e da especulação imobiliária, que estabeleça normas de avaliação e monitorização das políticas públicas e dos planos, com informação e indicadores de fácil acesso ao cidadão comum e que não aliene para as empresas municipais as suas competências como forma de fuga ao escrutínio democrático e de suporte a redes clientelares.

Finalmente, tem sido através do importante trabalho dos autarcas e activistas locais do Bloco que se está a construir uma alternativa autárquica e uma nova cultura política de esquerda para o poder local. Apesar das muitas debilidades que se reconhece na intervenção local do Bloco, é já com alguma frequência que se atinge relevância política e social suficiente para alcançar espaço nos vários meios de comunicação social, nacionais e regionais, e a atenção das populações. Não será de certo injusto para o esforço da generalidade dos eleitos pelo Bloco destacar a intervenção do vereador eleito em Lisboa, pela sua combatividade e firmeza na luta contra a corrupção, bem como pela capacidade sem paralelo, para um vereador da oposição, em apresentar propostas, algumas das quais aprovadas, que integram o programa eleitoral do Bloco e constituem já património da nossa corrente política.

Mesa Nacional, 24 de Fevereiro de 2007